

**TRANSMISSÃO DOS TEXTOS
DO TEATRO DE CORDEL NA BAHIA:
ESTUDOS FILOLÓGICOS E LINGUÍSTICOS**

Rosa Borges dos Santos (UFBA)
borgesrosa66@gmail.com

RESUMO

Os textos do teatro de cordel trazem o registro de uma modalidade de língua de influência do popular, na fala de personagens, delineando dialetos sociais e diferentes níveis da língua falada. Na edição de um texto para fins de estudo linguístico, deve-se observar o *usus scribendi*, a cultura do autor, os pormenores da tradição e transmissão textuais, e ainda diferenciar o que é erro (lição desprovida de autoridade) de variante. Cabe ao filólogo, antes de interpretar a língua de um texto ou de um gênero textual, estabelecer as características de sua transmissão material. A etapa de transmissão e as particularidades textuais condicionam igualmente as decisões editoriais. Assim, o editor crítico, em função das diferentes situações apresentadas pelo texto e por seus testemunhos, assume a atitude de conservar apenas um testemunho do texto que se quer editar, ou conservar vários, além de propor diferentes modelos editoriais, conforme seu interesse e fim a que destina a edição. Pretende-se, nesta comunicação, abordar o processo de transmissão textual, destacando os tipos de edição que levem em conta as especificidades dos testemunhos, fazendo um estudo interpretativo dos dados fornecidos pela tradição textual e trazendo alguns exemplos retirados dos textos teatrais adaptados da literatura de cordel para, neles, destacar algumas das características que lhes constituem, como a representação escrita das variações da língua oral e o vocabulário próprio daqueles textos.

Palavras-chave:

Edição. Transmissão de textos. Teatro de cordel. Filologia. Linguística.

1. Relação entre filologia e linguística

A filologia, entendida como ciência do texto, estuda o próprio texto e, nele, a língua, a literatura e a cultura. A atividade de edição de textos, com o propósito de desenvolver estudos de língua, possibilita aos estudiosos a construção de um acervo de grande valia para o conhecimento dos fatos de língua neles documentados, como também o contrário se verifica, ou seja, é preciso conhecer o uso linguístico da obra e da época para buscar, então, estabelecer o texto crítico. Célia Marques Telles e Rosa Borges dos Santos Carvalho (2005, p. 82) estreitam a relação da filologia com a linguística, ao tratarem da mudança linguística e da crítica textual, perspectivas inseparáveis no âmbito dos estudos filológicos na Bahia,

na primeira, a da mudança linguística, o texto é o testemunho da língua; na segunda, a da crítica textual, a língua é apenas um dos testemunhos do texto, embora o mais importante deles, pois o texto é estruturado pelas possibilidades de uso da língua. (TELLES, 2000, p. 101-102)

Para Rafael Cano Aguilar (2000, p. 20-21),

[...] filología y lingüística han mantenido entre sí una relación que podríamos calificar de complementariedad utilitaria. La filología ha venido a servir a la lingüística (casi sólo a la de carácter histórico) como suministradora y clasificadora de datos: en justa reciprocidad, la lingüística (histórica) proporciona a la Filología, entendida como análisis reconstructivo de textos, las imprescindibles referencias que ayuden a fechar y diferenciar manuscritos, imaginar arquetipos, vincular a zonas geográficas o ámbitos culturales, etc. De hecho, incluso los lingüistas históricos que parecen reivindicar hoy la Filología no otorgan a ésta, en principio, otro papel que el estudiar los textos para obtener de ellos datos (incluyendo los textos de gramáticos antiguos, etc.) y clasificarlos adecuadamente: es la Lingüística la que se ocupará de dar sentido y explicar esos datos.¹⁹⁹

Ainda na esteira do que afirma Rafael Cano Aguilar (2000, p. 24), a análise filológica da língua é utilizada para algo mais,

[...] estudia la lengua de esos textos no como si fuera el reflejo, la manifestación de “estados estables” (valga la redundancia), sino como momentos concretos en el devenir del idioma, cuyos modos evolutivos ejemplifica. [...] el análisis lingüístico-filológico (análisis de la lengua de un texto según la perspectiva del filólogo) es siempre análisis global: desde los aspectos menores de la fonía que el texto parece traslucir a través de su organización gráfica a las distintas significaciones que en él puedan hallarse, pasando por todos los aspectos de su configuración gramatical y léxica, el investigador no debe pasar nada por alto. Además, todos esos aspectos lingüísticos han de ser vistos dentro del contexto (histórico, lingüístico e histórico-cultural) en que se halla el texto: el análisis filológico-lingüística non es nunca “inmanente”, y ello no sólo cuando se quiere caracterizar un momento determinado de la historia de un pueblo o una variante de un texto dado, sino también cuando se analiza el texto como tal texto. Para el filólogo, el texto siempre remite a otros textos, bien

¹⁹⁹ Tradução nossa: [...] filologia e Linguística mantiveram entre si uma relação que poderíamos classificar de complementaridade utilitária. A filologia serviu à linguística (quase apenas a de caráter histórico) como fornecedora e classificadora de dados: em justa reciprocidade, a Linguística (histórica) proporciona à filologia, entendida como análise reconstrutora de textos, as imprescindíveis referências que ajudam a datar e diferenciar manuscritos, imaginar arquetipos, vincular a zonas geográficas ou âmbitos culturais etc. De maneira que, mesmo os linguísticas históricos que parecem reivindicar hoje a filologia não outorgam a esta, em princípio, outro papel que o de estudar os textos para obter deles dados (incluindo os textos de gramáticos antigos etc.) e classificá-los adequadamente: é a Linguística que se ocupará de dar sentido e explicar esses dados.

como eslabones ejemplificadores de la evolución de una lengua, o bien porque haya que recurrir a ellos para poder entender el texto que se está analizando.²⁰⁰

Vê-se então que essa relação entre a filologia e a linguística se mostra mais produtiva, quando se entende os textos em uma perspectiva mais ampla, como objetos culturais, como sistemas ideológicos de valores e crenças, consubstanciais à cultura em que são escritos ou lidos (GUZMÁN GUERRA; TEJADA CALLER, 2000, p. 34). O texto passa a ser compreendido como um espaço de possibilidades relacionais, como um processo que envolve o contexto no qual é produzido e se inscreve, e onde adquire sua significação. O filólogo, estudioso de língua e editor de textos, deverá levar em conta, em seus estudos, o homem, sujeito dessa história, que usa e transforma essa língua, por razões que extrapolam os fatores linguísticos, tais como, culturais, sociais, etnográficas, psicológicas, estilísticas, entre tantas outras, e que deixa em seus escritos, antigos, medievais, modernos e contemporâneos, diversas marcas. Por isso, como Celso Cunha (2004, p. 349), citando Paul Valentin (1969, p. 297), afirma-se: “Il faut être philologue avant d’être linguiste”.²⁰¹

2. *Transmissão textual, edição e estudo de língua*

Na prática filológica, busca-se restituir o texto à sua forma original ou dela aproximada para apresentação ao leitor, especializado, sobretudo, ou comum, para o acesso às fontes documentais e/ou literárias. Quando se realiza a edição de um texto, independente de se tratar da *filologia do manuscrito ausente* ou da *filologia do manuscrito presente*, ou das diferentes *formas de transmissão textual*, manuscrita, impressa e digital, considera-se que há ali uma variação textual que evidencia diferen-

²⁰⁰ Tradução nossa: [...] estuda a língua desses textos não como se fosse o reflexo, a manifestação de “estados estáveis” (que valha a redundância), mas sim como momentos concretos no devir do idioma, cujos modos evolutivos exemplificam [...] a análise linguístico-filológica (análise da língua de um texto, segundo a perspectiva do filólogo) é sempre análise global: desde os aspectos menores da fonia que o texto deixa transparecer através de sua organização gráfica às distintas significações que nele se pode encontrar, passando por todos os aspectos de sua configuração gramatical e léxica, o investigador não deve deixar que nenhuma informação seja imprecisa. Além disso, todos esses aspectos linguísticos têm de ser vistos dentro do contexto (histórico, linguístico e histórico-cultural) em que se encontra o texto: a análise filológico-linguística não é nunca “imaneante”, e isso não apenas quando se quer caracterizar um momento determinado da história de um povo ou uma variante de um texto dado, mas também quando se analisa o texto com um texto. Para o filólogo, o texto sempre remete a outros textos, tal como eles exemplificadores da evolução da língua, ou porque tenha que recorrer a eles para poder entender o texto que se está analisando.

²⁰¹ Tradução nossa: É necessário ser filólogo antes de ser linguista.

ças que, por sua vez, devem ser integradas na apresentação textual. Célia Marques Telles (2000, p. 115) remete, em suas observações, para Gianfranco Contini (1990, p. 165-173), ao tratar dos tipos de dados linguísticos fundamentais para o editor de textos: “aqueles ligados à rima, à métrica e ao ritmo; aqueles ligados às chamadas *lectiones difficiliores*²⁰² e, finalmente, as variantes”. Assim, o trabalho do filólogo-linguista somente deverá ser feito a partir de textos fidedignos, caso contrário, como nos adverte Giuseppe Tavani (1988, p. 53), todas as operações hermenêuticas e críticas podem tornar-se arbitrárias, intempestivas e inseguras.

Rosa Virgínia Mattos e Silva (2008), ao posicionar-se em relação à questão por ela formulada à seção D de seu trabalho, “É possível fazer linguística histórica ou diacrônica sem considerar a filologia?”, afirma:

A filologia, hoje, parece integrar-se melhor como uma das formas de abordar a documentação escrita, tanto literária como documental em sentido amplo, enriquecida pelas vias da crítica textual, tanto de textos antigos como modernos. (MATTOS E SILVA, 2008, p. 14)

Adiante acrescenta “a edição tem de ter sido feita com *rigor filológico* e com objetivo claro de servir a estudos linguísticos”. (MATTOS E SILVA, 2008, p. 15)

Outro aspecto bastante discutido na prática editorial, diz respeito ao grau de intervenção do editor nos textos que, a partir dos critérios por ele adotados, são, segundo Lola Pons Rodríguez (2006, p. 12), “en buena medida *critérios de transcripción*, esto es, decisiones selectivas sobre el todo del *acto* lingüístico original”.²⁰³ Discutem-se também alguns aspectos relativos à modernização gráfica, ponto mais polêmico, a heterogeneidade da pontuação, a eliminação da variação sintática. Defende-se o *intervencionismo razoável da crítica textual* e também necessário para história da língua, pois, como adverte Claire Blanche-Benveniste (1998), se o filólogo se engana na transcrição, ele cria um fato linguístico novo. Assim, “[n]o hay que sacralizar la paleografía ni hay tampoco que demonizar al editor, lo que supone desechar la idea de que el historiador de la

²⁰² Lição que, pela sua estranheza linguística ou pela sua dificuldade geral, e quando contraposta a outras mais banais ou fáceis dadas por outros testemunhos para o mesmo lugar, é tida como a que tem maior probabilidade de ser a do original: pressupõe-se que, por ser rara e difícil, os copistas a tenham reproduzido com mais atenção, havendo assim uma tendência para conservá-la quer na tradição quer nas edições críticas. (DUARTE, 1997, p. 81)

²⁰³ Tradução nossa: [...] em boa medida *critérios de transcrição*, isto é, decisões seletivas como um todo sobre o ato linguístico original.

lengua es por defecto conservador”²⁰⁴ (PONS RODRIGUEZ, 2006, p. 13). Aconselha-se, desse modo, um *conservadorismo prudente*, “sustentado en los usos gráficos de la tradición escritural implicada, que revele el valor geosocial de las grafías y tome en consideración su posible irrelevancia fonética”²⁰⁵ (PONS RODRIGUEZ, 2006, p. 14), sobretudo diante da situação na qual se encontra o filólogo editor, entre o princípio científico, diante de um paleografismo servil, e o compromisso em facilitar a legibilidade da obra ao leitor.

Cabe ao filólogo, para fins de edição, antes de interpretar a língua de um texto ou de um gênero textual, estabelecer as características de sua transmissão material, delineando as tecnologias e os produtos de cada época.

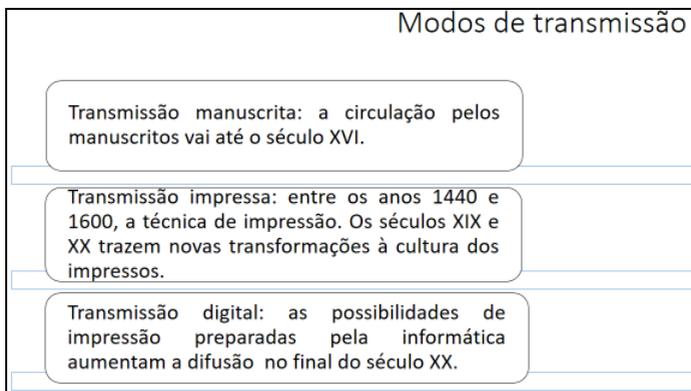


Fig. 01: Modos de transmissão textual

Fonte: Elaborado pela autora com base em Glessgen (2007)

A etapa de transmissão e as particularidades textuais condicionam igualmente as decisões editoriais. Assim, o editor crítico, em função das diferentes situações apresentadas pelo texto e por seus testemunhos, assume a atitude de conservar apenas um testemunho do texto que se quer editar ou conservar vários, além de propor diferentes modelos editoriais, conforme seu interesse e fim a que se destina a edição (cf. **Fig. 2 e 3**).

²⁰⁴ Tradução nossa: Não se deve sacralizar a paleografia, tampouco demonizar o editor, o que supõe descarta a ideia de que o historiador da língua é defeituosamente conservador.

²⁰⁵ Tradução nossa: [...] sustentado nos usos gráficos da tradição escritural implicada, que revele o valor geossocial das grafias e leve em consideração sua possível irrelevância fonética.

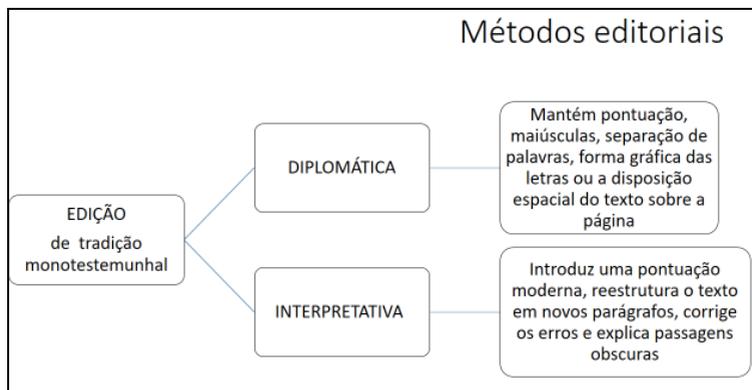


Fig. 02: Métodos editoriais (tradição monotestemunhal)
Fonte: Elaborado pela autora com base em Glessgen (2007)

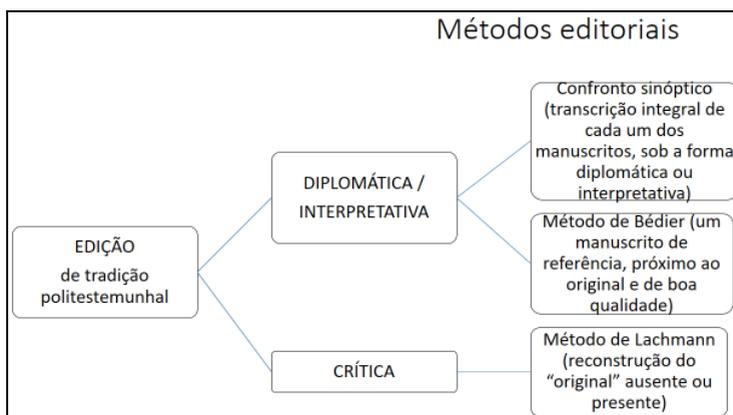


Fig. 03: Métodos editoriais (tradição politestemunhal)
Fonte: Elaborado pela autora com base em Glessgen (2007)

A filologia, assim, cumpre sua finalidade como “ciência do texto” que é a edição de textos, seja por meio da *reprodução documental*, fazendo a transcrição do texto, seja por meio do *estabelecimento do texto crítico*. Como se pode ver nas **Fig. 2** e **3**, há diversos tipos de edição e cada uma delas atende a determinados propósitos do editor que busca agir em conformidade com as situações textuais encontradas, se se propõem a editar textos de tradição monotestemunhal ou politestemunhal. Para além da diplomática ou paleográfica, interpretativa e crítica, destaca-se ainda a sinóptica, a semidiplomática e a fac-similar.

Na edição de um texto para fins de estudo linguístico, deve-se ter muita cautela, observando-se o *usus scribendi*, a cultura do autor, os pormenores da tradição, e ainda diferenciar o que é *erro* – lição desprovida de autoridade – de *variante*, pois, neste caso, caberá ao editor advertir o leitor para tal fato, mas não deverá corrigi-lo. É preciso também conhecer as normas ortográficas vigentes à época em que o texto fora escrito, consultar gramáticas históricas e dicionários para que possa o editor ser coerente no seu trabalho de edição e estudo. Cabe ao filólogo editor estudar as variantes a fim de proceder ao estabelecimento do texto crítico, conservando todas as características da *scripta* do texto.

Segundo Carlos Reis e Maria do Rosário Milheiro (1989, p. 201), para transcrição e reprodução de um texto, deve-se levar em conta sua especificidade, além de tornar essa transcrição a mais rigorosa e inequívoca possível, daí optar-se “por uma transcrição diplomática que integralmente respeita o movimento de escritura, as suas hesitações, os seus equívocos e as marcas dos seus incidentes caligráficos”. Quando, porém, pretende-se “dar a conhecer a disposição gráfica cultivada pelo Escritor, prefere-se a reprodução fac-similada”.

Rita Marquilhas (2004, p. 1-2) assevera que

[p]ara resolver o problema da decifração, começa por se tornar paleógrafo. No momento de escolher as normas de transcrição, aí torna-se crítico textual, adoptando a regra de ouro da mesma disciplina: *fixar um sistema ortográfico capaz de, na medida do possível, representar fielmente a língua do autor e do seu tempo, utilizando os sinais gráficos de hoje*. Na prática, sempre tolhido pelo medo de se afastar “da língua do autor e do seu tempo”, sempre indeciso entre o que são grafias fonetizantes e grafias só convencionais, sempre inseguro perante o enigma da pontuação antiga, opta pela solução conservadora, muito próxima do texto do original manuscrito. A edição enche-se de símbolos não alfabéticos, de algarismos, de itálicos e sublinhados, de grafias contrastantes com a ortografia actual. Dá-se conta do que estava na entrelinha, da dúvida na decifração desta ou daquela letra, da abreviatura, da variante gráfica, da emenda, da outra mão que interveio pontualmente... O texto fica diplomaticamente (ou paleograficamente) próximo do original, mas ganha uma codificação e um grafismo tão variáveis, que o resultado só pode ser um, do ponto de vista da sua leitura: – o da *ilegibilidade* do discurso escrito ali oferecido.

Assim justificado, Rita Marquilhas, pensando na recepção dos textos, propõe uma edição interpretativa para algumas cartas do século XVII que a inquisição portuguesa arquivou, com uma transcrição modernizada. Diz ela:

Chamo-lhe *edição interpretativa*, utilizando o termo na acepção de Aurelio Roncaglia, quando distingue edições *mecânicas* e *diplomáticas*, conservadoras, portanto, e tradicionalmente destinadas aos historiadores, de edições

modernizadas. Nestas últimas, aplicadas usualmente a textos de interesse literário, distinguem-se as *interpretativas* das *críticas*, sendo que as interpretativas incidem sobre textos que se conservaram num único testemunho. A associação que os editores de textos fazem tradicionalmente entre *documento histórico* e *edição mecânico-diplomática*, por um lado, e *texto literário* com sua *edição interpretativo-crítica*, por outro, tem sido, de resto, a grande responsável pela referida inclinação dos linguistas para as edições diplomáticas ou quasidiplomáticas. (MARQUILHAS, 2004, p. 2)

Se, porém, se quer um texto para análise linguística com menor grau de intervenção do editor, sugere-se uma edição fac-similar (o fac-símile digital, por exemplo), se pretende avançar mais nesse processo de mediação do editor, aconselha-se apresentar o texto, reproduzindo-o diplomática ou paleograficamente, ou ainda em uma edição sinóptica, que consiste na “reproducción simultánea (normalmente en páginas contrastadas o en columnas paralelas, verticales u horizontales) de la transcripción diplomática de todos y cada uno de los testimonios de la tradición de una obra”.²⁰⁶ (PÉREZ PRIEGO, 1997, p. 50)

O que se vê naturalmente é que cada texto apresenta seus problemas particulares, pertence à determinada tradição, e que, por isso, é necessário pensar no que seria o fim último da crítica textual, a edição do texto, assumindo o editor, em função das diferentes situações apresentadas pelo texto e por seus testemunhos, uma postura crítica. Assim, para o estabelecimento do texto crítico, resultado de qualquer edição crítica, deve o filólogo editor escolher, primeiro, dentre os testemunhos, o texto de base, depois, a lição que melhor corresponda ao estilo, à época do autor, ao gênero a que pertence o texto a ser editado, e seu contexto, tomado em seu processo de produção, circulação e recepção, fazendo-se uma análise interpretativa dos dados fornecidos pela tradição textual, ou seja, tomam-se os textos em seu processo de transmissão e considera-se a história da tradição exposta no aparato crítico.

Desse modo, em se tratando de uma edição crítica, pauta-se o editor em uma leitura interpretativa, para que as decisões referentes àquilo que entrará no texto crítico sejam tomadas com segurança. Afinal, aqui o editor, partindo do texto de base, substitui lições, levando-se em conta o que está em outros testemunhos, fornece outras lições, corrige erros, omissões, ou alterações não autorizadas (DUARTE, 1997, p. 88). Trata-se de um processo que se completa com

²⁰⁶ Tradução nossa: [...] reprodução simultânea (normalmente em páginas contrastadas ou em colunas paralelas, verticais ou horizontais) da transcrição diplomática de todos e de cada um dos testemunhos da tradição de uma obra.

[...] la presentación última de un texto con unas determinadas características gráficas y tipográficas (*dispositio textus*) y la organización de un aparato crítico que dé cuenta de aquel proceso, a lo que aún puede añadirse en un segundo aparato una anotación de carácter histórico, cultural o lingüístico todo lo amplia y exhaustiva que considere el editor.²⁰⁷ (PÉREZ PRIEGO, 1997, p. 50)

Como os textos aqui tomados para estudo pertencem ao gênero teatral, marcados pelo traço da oralidade, decidiu-se abordar um pouco sobre a prática editorial atinentes aos textos orais. Para tanto, parte-se do trabalho Claire Blanche-Benveniste (1998), que, no capítulo 5, chama atenção para a atividade exclusiva dos filólogos, o estabelecimento de textos, como tarefa que se amplia também para outros âmbitos da linguística, sobretudo no que concerne ao estabelecimento dos dados para estudo de textos de “escritores inexpertos o para o establecimiento de datos orales”.²⁰⁸ (BLANCHE-BENVENISTE, 1998, p. 129)

No que concerne à edição de tais textos, Claire Blanche-Benveniste (1998) assevera que cabe ao filólogo estabelecer o texto, buscando adaptá-los aos nossos hábitos de leitura; não se chega a um texto verdadeiro, definitivo, mas procura-se alcançá-lo por meio de aproximações sucessivas. Em relação às fontes divergentes, têm-se, para o editor de textos medievais, manuscritos diferentes; para o editor de textos modernos, versões de um manuscrito de autor. Enfim, “[t]oda su práctica [do filólogo] muestra un incesante juego de ir y venir entre el texto y la interpretación”.²⁰⁹ (BLANCHE-BENVENISTE, 1998, p. 137)

Esclarece-se que para trabalhar com as produções orais o filólogo precisa comportar-se como o editor de textos antigos, primeiro deve realizar a atividade de transcrição para depois proceder à edição.

3. Transmissão dos textos do teatro de cordel na Bahia

Para estudo da representação oral no escrito, tomaram-se alguns dos textos teatrais censurados, adaptados da literatura de cordel por João

²⁰⁷ Tradução nossa: [...] apresentação última de um texto com determinadas características gráficas e tipográficas (*dispositio textus*) e a organização de um aparato crítico que de conta daquele processo, ao qual ainda pode acrescentar-se em um segundo aparato uma anotação de caráter histórico, cultural ou linguístico, tudo o que amplia e exaustivamente considere o editor.

²⁰⁸ Tradução nossa: [...] escritores inábeis ou para o estabelecimento de dados orais.

²⁰⁹ Tradução nossa: Toda sua prática mostra um incessante jogo de ir e vir entre o texto e a interpretação.

Augusto, editados por Ludmila Antunes de Jesus²¹⁰ (2008), em sua dissertação de mestrado. Selecionaram-se os textos *A Chegada de Lampião no Inferno*²¹¹ (ACLI), uma adaptação construída a partir de três folhetos: *História Completa do Grande João Soldado*, de autor anônimo, *A Chegada de Lampeão no Inferno*, de José Pacheco, e *O Barulho de Lampião no Inferno*, de Rodolfo Coelho Cavalcante; e *Antônio, meu Santo*²¹² (AmS), adaptação dos folhetos de Pedro Quaresma e José Martins dos Santos, respectivamente: *A Viúva que Amarrou Santo Antônio n'um Foguete Para se Casar a 2ª vez* e *A moça que Pisou Santo Antônio no Pilão Para se Casar com um Boiadeiro*.

São textos datilografados, submetidos à ação da censura. Neles, evidenciam-se as marcas da linguagem popular falada em vários níveis, no léxico, na prosódia e na fonética, na sintaxe, nas vacilações ortográficas, porém aqui representadas pelo sujeito culto, aquele que domina a norma padrão, trazendo representações fictícias dos variados tipos humanos. Nesse caso, quando se tenta retratar a linguagem popular das personagens, deve-se levar em conta a figura do autor que busca aproximar-se da linguagem do indivíduo a que se está reproduzindo. Essa aproximação entre a linguagem escrita e falada pode ainda ser observada na obra de muitos literatos. Segundo Dino Preti (2000, p. 62), “exemplos expressivos desse fato iríamos encontrar, sem dúvida, no teatro [...]”, pois

o gênero teatral pode servir-se, com maior liberdade e fidelidade, da fala da época, retratando os *dialetos sociais* e os *níveis de fala*, no sentido também, de possibilitar uma compreensão melhor por parte do espectador até uma possível identificação deste como as situações criadas em cena. (PRETI, 2000, p. 62, nota 2)

Uma análise do domínio do léxico permite conhecer os padrões orais da variedade popular do português na literatura: expressões típicas, palavras regionais, arcaísmos, logo, indícios da cultura popular. Nilce

²¹⁰ Ludmila Antunes de Jesus (2014) também tratou do tema *O teatro de cordel de João Augusto*, em sua tese de doutoramento.

²¹¹ “*A Chegada de Lampião no Inferno* foi encenado nos espetáculos *Estórias de Gil Vicente* (1966), *Cordel 3* (1975), *Teatro de Rua* (1977), e em *Oxente Gente, Cordel*, (1977/78). Nos Acervos, encontram-se, apenas, dois testemunhos datiloscritos, não datados, e com títulos diferentes: *A Chegada de Lampião no Inferno*, T66*, e *O Barulho de Lampião no Inferno*, T77.” (JESUS, 2008, p. 63)

²¹² O *script* submetido à DCDP data de 1971, mas a documentação censória data de 1972. O texto foi submetido outras vezes à Censura para encenação em outros espaços e lugares em anos diferentes.

Sant'Anna Martins (1988, p. 21-22) adverte para o fato de que “[...] é difícil distinguir as *expressões populares* e os regionalismos dos arcaísmos, visto tratar-se de formas ou expressões antigas que o povo conserva”. Os regionalismos, por sua vez, dão um tom pitoresco à linguagem. Vejam-se, a seguir, algumas das palavras e expressões que caracterizam o *léxico regional* nordestino representado nos textos dramáticos examinados:

[...] Lampião foi ao inferno: quase que o diabo *se campá*. (ACLI, p.77, l. 3-4)

LAMPIÃO – Olha lá, seu *estafêrmo* – sua cara não me convém. [...] (ACLI, p. 77, l. 9)

PORTEIRO – Eu num tou aqui pra *troça*. Repita seu nome e *deixe de bossa!* (ACLI, p. 77, l. 11)

[...] Onde é que já se viu um homem *alumiar?* (ACLI, p. 78, l.3)

PORTEIRO – Lá na porta da entrada, tá o *celebra* Lampião, de *babicacho* passado e *parabelum* na mão. Trazendo sete *bornais*, repleto de munição. E traça *calça culote*, blusa caqui e *perneira*. Um *chapéu acabanado* [...] Tá lá e faz *arrelia*. Dois *trompaço* que deu quase arreventa o salão. [...] (ACLI, p. 79, l.1-5)

[...] Traga *punhal* e *bacamarte*. Ande logo, seu *moleirão*. (ACLI, p. 80, l. 6)

CANTADOR – Chegou uma diabinha com a *trempe* e a *escora*. Danada dando pinote saiu pela rua afora. Porém o cordão partiu – sua *calçola* caiu botando tudo de fora. [...] (ACLI, p. 80, l. 15-17)

SERÉCO – Dizem que tá com a *arca caída*. (AmS, p. 92, l.14)

FILÓCA – Eu sabia que era *espinhela*. Sabia. (AmS, p. 93, l. 4)

[...] Não pode se aguntá. Quando vê home, dá uma *roedeira* nela, de fazer se envergonhar. Quêta, menina! (AmS, p. 95, l. 6)

MIMINHA – No *barricão* eu não fico, que isso é um horror. Se interar mais um ano sem arranjar um amor – eu *me pico* prá Capital: CASO! Seja lá com quem for. (AmS, p. 96, l. 10-11)

FILÓCA – Santo Antônio vê se deixa de ser tão *prezepeiro* [...] (AmS, p. 99, l. 8) [...] Ó Santo *catimbozeiro*, me traga Manuel Menez! De vez! (AmS, p. 99, l. 10-11)

CHICA - Tem certeza, Miminha? Não é *pabulagem* dela não? (AmS, p. 100, l. 10)

CHICA – Agora o que? Fala, *inferno*, que já tou *retada!* (AmS, p. 101, l.9)

CHICA – *Oxente, peste* – e por que? (AmS, p. 101, l.11)

CHICA – Ah, *peste da bexiga!* [...] (AmS, p. 101, l.13)

[...] Diz a Urânia prá *soltar* o garoto. Isso vai dá confusão, *Estropiço*. [...] (AmS, p. 102, l.10-11)

[...] Vá pras *profundas*, pro cativoiro. [...] (AmS, p. 104, l.11)

SERÉCO – Pode vir. Não fique *avexado*. Entra. (AmS, p.105, l. 4)

SERÉCO – Eu vou. Vou contente – e *aperreado*. A sra. foi dexá... (AmS, p. 106, l.12)

[...] Filóca – cara de boboca! Nenen – cara de *com-quem!* Bruxas [...] (AmS, p. 108, l. 13)

TONICO – Tô é cansado agora. Andei muito prá chegar. Tô *arriado*... (AmS, p. 110, l. 13)

CHICA – Se *abanque* aqui, ao meu lado. (AmS, p. 110, l. 14)

TONICO – Tô *pregado*... (*adormece logo*). (AmS, p. 110, l.15)

No que tange às *alterações fonéticas*, verificam-se registros de metaplasmos que podem ser de supressão, em sua grande maioria, como aférese (inda, tá, tou, cês), síncope (Ciço, pra), apócope (passá, tratá), e elisão (Santonio), e de permuta (mulé, Ciço), por meio de processos de assimilação, dissimilação, entre outros. Tais alterações, perceptíveis na fala popular, são coibidas na língua culta. Ressalte-se, porém, que modificações desse tipo se observam na passagem do latim para a língua portuguesa.

PORTEIRO – Eu *num tou* aqui *pra* troça. Repita seu nome e deixe de bossa! (ACLI, p. 77, l. 11)

LAMPIÃO – Padre *Ciço*, meu padrinho [...] (ACLI, p. 78, l. 9)

[...] *cê* pode ficar aqui. (ACLI, p. 78, l.15)

FIFI – A coisa *tá* preta, mas eu com essa marreta, baixo a lenha. Quem quiser lutar que venha. (ACLI, p. 80, l. 14)

[...] Raça de Caim, *cês tão* querendo mesmo é tudo ver meu fim. (ACLI, p. 81, l. 19-20)

[...] Do dedo mindinho ao cotovelo, não faz diferença *dum* ombro *prô* outro. (AmS, p. 93, l. 5-6)

NENEN – Olha: se *passá* três sexta-feira e *num tratá*... o estômago incha, ele sofre fadiga, vomita tudo que come e acaba *estupurando*. Morre! (AmS, p. 93, l. 10-11)

NENEN – Nem escolhe mais, a coitada. É homem, *qué casá* – SERVE! (AmS, p. 95, l. 6)

[...] Não pode se *aguntá*. Quando *vê home*, dá uma roedeira nela, de fazer se envergonhar. *Quêta*, menina! (AmS, p. 95, l. 6)

[...] Olha *prá* nós, olha *prá* nós Santo Antônio. Peço-vos nos *ajudá*. [...] Por tanto... meu *Santonio* peço *prá* nos ajudar. [...] (AmS, p. 98, l. 16-17; l. 20-21)

CHICA – Agora o que? Fala, inferno, que já *tou* retada! (AmS, p. 101, l.9)

[...] *Inda bem* que ela é viúva. (AmS, p. 102, l.2)

[...] *mulé* quando arranja marido – demora muito, não – fica logo viúva! (AmS, p. 102, l.3)

[...] Diz a Urânia *prá* soltar o garoto. Isso vai **dá** confusão, Estropiço. [...] (AmS, p. 102, l.10-11)

[...] Vá *prás* profundas, *pro* cativoeiro. [...] (AmS, p. 104, l.11)

MIMINHA – “Vou *prá* Bahia, meu bem. *Vapô chegô* no mar!” (AmS, p. 106, l. 9)

TONICO – *Tô* é cansado agora. Andei muito *prá* chegar. *Tô* arriado... (AmS, p. 110, l. 1)

TONICO – *Tô* pregado... (*adormece logo*). (AmS, p. 110, l. 3)

A *sintaxe* apresenta-se de forma bastante espontânea e com um estilo que lhe é próprio. Observa-se o uso do pronome proclítico, a ação espontânea da fonética sintática que tendia a apocopar os pronomes enclíticos, o emprego da concordância fora dos padrões, ou daquilo que determina a norma do momento, o uso do *não* posposto ao verbo, por exemplo. Seguem os excertos que confirmam o que se disse:

MIMINHA – No baricão eu não fico, que isso é um horror. Se interar mais um ano sem arranjar um amor – eu *me pica* *prá* Capital: CASO! Seja lá com quem for. (AmS, p. 96, l. 10-11)

MIMINHA – *Vou simbóra*. Vou. Eu? Eu? Ficar aqui perdendo a minha juventude? [...] (AmS, p. 100, l. 2)

PORTEIRO – Seu nome *tem jeito não*. Lamparina, ou Lampião? (ACLI, p. 77, l.16)

[...] Sete luas, sete estrelas, *sete volante* no chão. [...] (ACLI, p. 78, l. 18)

[...] *Dois trompaço* que deu quase arrebenta o salão. [...] (ACLI, p. 79, l.5)

NENEM – Olha: *se passá três sexta-feira e num tratá*... o estômago incha, ele sofre fadiga, vomita tudo que come e acaba estupurando. Morre! (AmS, p. 93, l. 10-11)

NENEM – Urânia! Você toma jeito. “*Acho, não. Acho não.*” Tá sempre contra tudo. (AmS, p. 91, l. 14; p. 92, l.2)

SERÉCO – *Veio não*. (AmS, p. 92, l. 6)

Diante do que aqui foi apresentado, esclarece-se que, ao realizar o trabalho de edição, faz-se relevante conhecer as estratégias utilizadas pelo autor ao escrever seu texto, por exemplo, se a fala de determinada personagem caracteriza dado dialeto social popular, se o “erro” gramatical foi usado para marcar a linguagem da personagem, em caso negativo, tem de ver se as vacilações existentes no texto são ou não produzidas pelo dramaturgo, entre outros aspectos. João Augusto muitas vezes, nos testemunhos tomados para edição, apresentava vacilações na grafia de algumas palavras, talvez influenciado por sua cultura. Outras vezes, deixava-nos a dúvida, seria aquela palavra um possível registro da variedade popular ou era de fato um erro do autor? ([...] Mas tem *giboia* sobrando [...]). (AmS, p. 93, l. 7)). Nestes casos, optou-se por conservar a grafia do texto de base, sobretudo porque a forma vacilante será evidenciada no aparato, e as observações do editor virão em notas. Vejam-se, a seguir, alguns desses registros no que tange às vacilações ortográficas:

NENEN – Nem escolhe mais, a coitada. É homem, *qué casá* – SERVE!
(AmS,p. 95, l. 6) / [...] Doente tá ela prá se *casar*. (AmS, p. 95, l. 10)

MIMINHA [...] A *gente* tá aqui prá *rezá*. (AmS, p. 96, l. 1-2) / NENEM [...] Vimos prá festa de Francisca prá *rezar*. [...] (AmS, p. 96, l. 3)

[...] Olha prá *nós*, olha prá nós Santo Antônio. Peço-vos nos *ajudá*. [...] Por tanto... meu Santonio peço prá nos *ajudar*. [...] (AmS, p. 98, l. 16-17; l. 20-21)

[...] Ela pediu *para deixá* o moço *almoçar* aqui, *prá viajar pro* Roçado. (AmS, p. 104, l. 17)

Na busca de formas para retratar a oralidade, vê-se a fragilidade do escritor na transcrição que também é patente. Aparecem grafias convencionais para os verbos *casar*, *rezar*, *ajudar*, ao lado de *casá*, *rezá*, *ajudá*, do pronome *nós* ao lado de *a gente*, da preposição *para* em contraste com a forma sincopada *pra*, mistura a língua oral com a escrita, aparecem regências populares ao lado de outras convencionais. Deve-se, porém, lembrar de que oralidade e escrita têm suas próprias complexidades e que, portanto, devem ser tomadas em suas especificidades.

4. Considerações finais

No que tange à edição de textos modernos, deve-se considerar, quanto ao texto concreto que será oferecido ao leitor, se apresentam uma tradição singular, monotestemunhal, ou plural, politestemunhal, para que assim se definam os procedimentos de edição. Como aqui se tratou da

edição de textos para estudo de língua, defende-se que deva o filólogo assumir a atividade filológica como prática interpretativa para edição e estudo linguístico conjugados. Acredita-se que o ponto mais polêmico no trabalho filológico ainda se restrinja à decisão de *conservar ou modernizar o texto*. Assim, para estudar a língua do texto, editores críticos se dividem quanto à realização de uma regularização gráfica, preservando a ortografia em vigor na época em que o texto fora escrito, ou à execução de uma prática modernizada, buscando, por meio de edições distintas, um texto que sirva de suporte para as análises a serem elaboradas.

Miguel Ángel Pérez Priego (1997) adverte que o ponto de partida de uma edição científica não pode ser o da decisão de conservar ou modernizar o texto, mas o de hierarquizar os fatos gráficos que nele aparecem e seleccioná-los segundo determinados critérios.

[...] Tales criterios son lógicamente cambiantes según las necesidades y objetivos que se plantee el filólogo. Un razonable conservadurismo o una razonable modernización son perfectamente aceptables, siempre que se expliquen previamente los criterios y, si quiera de un modo aproximado, se trate de reflejar los usos de escritura de la época, y desde luego no se arrastren en la modernización palabras o giros que son particularismos lingüísticos del autor (arcaísmos, cultismos, dialectalismos) o sencillamente formas que ignore el editor pero que son de absoluta propiedad lingüística. ²¹³ (PÉREZ PRIEGO, 1997, p. 83-84)

Deve-se deixar claro que o texto a que se chegou por meio da prática editorial filológica, seja ele uma reprodução fac-similar, diplomática, ou um texto crítico, no campo da chamada crítica textual moderna, é o resultado do laborioso trabalho do filólogo no sentido de decifrar e interpretar os traços deixados pelos vários atores sociais e culturais na materialidade do texto, em cada testemunho ou no conjunto dos testemunhos disponíveis, na história da tradição e em seu processo de transmissão. Trata-se, portanto, de o filólogo fazer-se cômico de seu papel no território disciplinar da filologia, realizando, com estudo e competência técnica, as edições, com o intento de recuperar, preservar, valorizar, investigar e disponibilizar o patrimônio cultural escrito para variados fins.

²¹³ Tradução nossa: [...] Tais critérios são logicamente modificáveis segundo as necessidades e objetivos que se apresentem ao filólogo. Um conservadurismo razoável ou uma modernização razoável são perfeitamente aceitáveis, desde que se expliquem previamente os critérios de uso da escrita da época, e desde que não se arrastem na modernização palavras ou traços que são particularidades linguísticas do autor (arcaísmos, cultismos, dialetalismo) ou simplesmente formas que o editor ignora, mas que são de absoluta propriedade linguística.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLANCHE-BENVENISTE, Claire. *Estudios lingüísticos sobre la relación entre oralidad y escritura*. Trad.: Lia Varela. Barcelona: Gedisa, 1998.

CANO AGUILAR, Rafael. *Introducción al análisis filológico*. Madrid: Castalia, 2000.

CONTINI, Gianfranco. *Lettere all'editore (1945-1954)*. Organizadas por Paolo Di Stefano. Torino: Einaudi, 1990.

CUNHA, Celso. *Sob a pele das palavras: dispersos*. São Paulo: Nova Fronteira, 2004.

DUARTE, Luiz Fagundes. *Crítica textual*. Relatório para a obtenção do título de agregado em estudos portugueses, disciplina "crítica textual". Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1997. Glossário.

GLESSGEN, Martin-Dietrich. Philologie: Étude des sources pour l'histoire des idiomes romans. In: _____. *Linguistique romane: domaines et méthodes em linguistique française et romane*. Paris: Armand Colin, 2007, p. 387-424.

GUZMÁN GUERRA, Antonio; TEJADA CALLER, Paloma. *¿Cómo estudiar filología?* Madrid: Alianza, 2000.

JESUS, Ludmila Antunes de. *A dramaturgia de João Augusto: edição crítica de textos produzidos na época da ditadura militar*. 2008. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

_____. *Teatro de cordel de João Augusto entre arquivo(s), edição e estudos*. 2014. 177 f. + 1 DVD. Tese (Doutorado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

MARQUILHAS, Rita. "O preço da ilegibilidade". Nota em defesa das edições interpretativas, seguida da edição de cartas privadas e de cartas testemunhais portuguesas (séc. XVII). In: BOULLÓN AGRELO, Ana Isabel; KREMER, Dieter. (Eds.). *Novi te ex nomine. Estudos filológicos oferecidos ao Prof. Dr. Dieter Kremer*. A Corunha: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2004. p. 721-747. Disponível em:

<<http://www.clul.ul.pt/equipa/rmarquilhas>>. Acesso em: 20-07-2009.

MARTINS, Nilce Sant'Anna. *História da língua portuguesa: século XIX*. São Paulo: Àtica, 1988.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola, 2008.

PÉREZ PRIEGO, Miguel Ángel. *La edición de textos*. Madrid: Síntesis, 1997.

PICCHIO, Luciana Stegagno. O método filológico: comportamentos críticos e atitude filológica na interpretação de textos literários. In: _____. *A lição do texto*. Filologia e literatura. I – Idade Média. Trad.: Alberto Pimenta. Lisboa: Edições 70, 1979.

PONS RODRÍGUEZ, Lola. La historia de la lengua y la historia de las transmisiones textuales. In: _____. (Ed.). *Historia de la lengua y crítica textual*. [s.l.]: Iberoamericana; Vervuert, 2006.

PRETI, Dino. *Sociolinguística – os níveis de fala: um estudo sociolinguístico do diálogo na literatura brasileira*. 9. ed. São Paulo: Edusp, 2000.

REIS, Carlos; MILHEIRO, Maria do Rosário. *A construção da narrativa queirosiana: o espólio de Eça de Queirós*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989.

SANTOS, Rosa Borges dos. A edição de textos modernos e os estudos linguísticos: por uma caracterização do filólogo-linguista. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA HISTÓRICA – ROSAE, 1., 2009, Salvador. *Anais...* Salvador: UFBA/UNEB/UEFS, 2013.

TAVANI, Giuseppe. Teoría y metodología de la edición crítica de textos literarios contemporáneos. In: _____. *Litterature latino-americaine et des caraibes du XX siecle: theorie et pratique de l'edition critique*. Roma: Bulzoni, 1988, p. 65-84.

TELLES, Célia Marques. Mudanças linguísticas e crítica textual. *Revista Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, vol. 25-26, n. 1, p. 91-119, 2000.

_____; CARVALHO, Rosa Borges dos Santos. O trabalho filológico: mudança linguística e crítica textual. *Revista Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, n. 31-32, p. 76-89, 2005.

VALENTIN, Paul. *Phonologie de l'allemand ancien: les systèmes vocaliques*. Paris: Klincksieck, 1969.